



## **ATA Nº 2/2017**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

----- Aos vinte e nove do mês de abril do ano dois mil e dezassete, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

#### **----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Filipe Montez Coelho Madeira, António Manuel da Silva Moreira e Vera Alexandra Costa Simões, procedendo-se às respetivas substituições. Foi também justificada a falta do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo, não se procedendo a substituição por impossibilidade de convocatória. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (29 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **----- Presidente da Assembleia Municipal -----**

----- Deu conhecimento da sentença de perda de mandato do Senhor José Manuel Azenha Santos e, seguindo os procedimentos previstos no Regimento da Assembleia Municipal chamou o novo Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas, António Agostinho Ramos, empossado em Assembleia de Freguesia para tomar posse apresentando os documentos de identificação, que leu o texto formal de posse e assinou (anexo 2). -----

#### **----- PONTO PRÉVIO -----**

#### **----- APROVAÇÃO DE ATAS -----**



----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2017 referente à sessão ordinária de 18 de fevereiro. -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2017 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 24 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na anterior sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais Luis Fernando Henriques dos Santos, Ana Catarina Coelho Pinto e João Figueiredo Vargas Lopes e o Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas (29 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços da Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado Filipe Vicente Martins -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por questionar há quantos anos está para ser revisto o Plano Diretor Municipal (PDM) e qual o ponto de situação dessa mesma revisão e também do Plano de Pormenor da Marinhas do Sal, nomeadamente quando vai para discussão política, quanto custa o parque de estacionamento pavimentado recentemente e se a utilização do mesmo é através de aluguer ou de mais-valias e por quantos anos. -----



----- Terminou questionando, mais uma vez, se passados todos estes anos não seria já altura de ter concluída a colocação de números de polícia em todas as localidades, nomeadamente no Vale da Laranja onde considera que também devem ser colocados sinais de trânsito de limite de velocidade ou até umas lombas. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir aos atos de vandalismo que se têm verificado em diversos locais, designadamente nas placas e outros monumentos, dizendo que a situação dá uma imagem feia e de abandono e questionou quando serão arranjos designadamente a placa do Parque Desportivo à qual foram arrancas várias letras. ----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por questionar relativamente à rotunda do Município para quando está pensada uma solução mais eficaz para as bandeiras que são um ponto de referência na entrada da cidade que estão sempre num estado gasto e rasgado e que deveria ser verificado se haverá um outro material mais durável. Questionou também onde está a política cultural do Município e qual o futuro previsto para o “Chá e Poesia”. Por fim solicitou que lhe fossem respondidas por escrito as seguintes questões relativas à Desmor: quanto custa ao município a água e a luz consumidas no complexo; quanto custa o diretor técnico municipal; se os trabalhadores estão ou não a cumprir as trinta e cinco horas de trabalho e, por último, existe ou não um regulamento interno. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com a forma correta e agradável de como decorreram as comemorações do 25 de Abril, nomeadamente a inauguração da Rotunda da Quinta do Abum, o aproveitamento do pavilhão da Freiria para a instalação da prática do Ténis de Mesa e a regularização do terreno onde o mesmo está implantado e, por último, a inauguração da Loja do Rio que considerou uma mais-valia para a cidade. ----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por dar os parabéns ao executivo municipal pela excelente organização de mais uma edição das Tasquinhas, salientando a extrema relevância das mesmas, seja como atividade económica seja como atividade social e recreativa. Agradeceu ainda aos mais de mil voluntários que mantêm as Tasquinhas a funcionar em pleno durante todo o certame e à Associação Empresarial que é também uma mais-valia na organização. -----

----- Referindo-se às comemorações do 25 de Abril disse que é a comemoração da liberdade e que as inaugurações da rotunda, do clube de ténis de mesa de Rio Maior e do Loja do Rio na Casa Senhorial El Rei D. Miguel refletem a importância dada à comunidade e àqueles que nela estão envolvidos seja os mais jovens seja os produtores que podem ter uma nova montra para os seus produtos. Terminou dizendo que existe, no entanto, um ponto menos positivo: a ausência de jovens deste tipo celebração, neste caso pela liberdade e direito de voto, assunto que será com toda a certeza abordado no Conselho Municipal da Juventude. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir às comemorações do 25 de Abril e à inovação apresentada este ano com a participação das duas únicas bandas filarmónicas do concelho. Considerou que foi uma iniciativa que agradou a todos e que engradeceu as comemorações pelo que deixou os parabéns ao executivo pela iniciativa, em particular à Vereadora da Cultura, por fazerem ouvir este tipo de música real e verdadeira que esteve quase desaparecida mas que renasceu para o agrado de todos aqueles que a apreciam. Pediu que o executivo, dentro das suas possibilidades, pudesse ajudar estas causas que são nobres afirmando que música é cultura e tem muito de intelecto ajudando a complementar a escola e a ocupar o tempo dos jovens de forma positiva e benéfica. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Acerca das comemorações do 25 de Abril questionou sobre as obras do pavilhão desportivo da Freiria e se o telhado do mesmo é de amianto ao que o Vice- Presidente da Câmara respondeu desde logo que não, ficando sanada a questão. -----



----- Referiu-se ainda a um assunto recorrente e acerca do qual, na última Assembleia Municipal, foi pedido à Presidente da Câmara que intercedesse diretamente, a questão do abastecimento de água à Vila da Marmeleira. Afirmou que existem ainda problemas que importa resolver para que o investimento que foi feito tenha efetivamente eficácia. Continuou dizendo que se verifica nas casas com têm painéis solares um problema de excesso de calcário, situação que não se verificava antes, segundo os técnicos que fazem a manutenção e que alertaram os proprietários para esta questão. Questionou ainda se o abastecimento feito à Vila da Marmeleira, que em determinada altura foi feito através da linha de Assentiz, é atualmente feito pela nova linha contruída. Dei ainda conhecimento que nas zonas mais altas das ruas que dão acesso a Assentiz, os primeiros andares das habitações não conseguem ter água quente por falta de pressão. Alertou também que continuam a existir buracos e abatimentos do terreno, que o campo de futebol que continua ocupado com as coisas que lá foram deixadas pela empresa de construção e, ainda, que um pouco por toda a Vila os problemas existem problemas derivados do alcatroamento, que originou que as bermas estejam a ceder originando acidentes rodoviários e até com pessoas que circulam a pé. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por questionar acerca dos processos de revisão do Plano Diretor Municipal e da elaboração do Plano de Pormenor das Marinhas. -----

----- De seguida deixou algumas notas positivas que têm a ver com o contexto nacional. Em primeiro disse que Portugal tem tido algumas boas notícias como a redução da taxa de desemprego que é a mais baixa desde 2009 e comparando os números com há um ano pode verificar-se que existem menos cem mil desempregados, o que considerou muito importante para o país e muito importante para Rio Maior. Em segundo lugar disse que diretamente relacionada com a diminuição do desemprego está também a mais elevada taxa de criação de emprego desde o início da crise económica e uma das mais elevadas de sempre da história recente, referindo que foram criados no último ano cerca de cento e cinquenta mil novos postos de trabalho líquidos, o que tem o seu reflexo não só a nível nacional mas a nível regional e também a nível local. Em terceiro lugar lembrou a divulgação do Eurostat de que Portugal teve o menor défice da nossa democracia, 2%, e, por último, em quarto lugar, conjugado com tudo isto, foram divulgados os números revelando o maior crescimento dos últimos sete anos. Afirmou que estas quatro notas são



importantes porque o contexto nacional mudou radicalmente relativamente aos últimos anos e porque permitem ter esperança no futuro. Considerou que este não é trabalho de um governo, de uma autarquia, de uma pessoa, ou de um conjunto de pessoas, mas sim de todo o país e do qual nos devemos orgulhar, porque foi com o sacrifício coletivo que se chegou a estes resultados. Disse ainda que nesta lógica importa dizer que estes números e estas boas notícias foram conseguidas com uma política diferente, com uma política que envolveu a devolução de rendimentos às pessoas, que consolidou as contas públicas, que teve um grande rigor financeiro e orçamental e que fundamentalmente teve uma sensibilidade social muito importante, querendo com isso dizer que em Portugal de alguma forma, como já tinha afirmado nas comemorações do 25 de Abril, recuperou uma certa paz social e que existem, neste momento, outras ferramentas para lidar com as adversidades e para enfrentar o futuro de uma forma melhor. Terminou dizendo que se o país está melhor, se o contexto nacional é melhor, o grande desafio que se coloca ao concelho de Rio Maior passa por aproveitar este contexto positivo para fazer com que as populações, as pessoas que vivem e trabalham em Rio Maior possam ter uma vida melhor. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção relembrando as comemorações do 25 de Abril e na pessoa da Presidente da Câmara agradecer a todo o executivo, funcionários e colaboradores os marcantes e agradáveis momentos que foram proporcionados. Destacou a atuação das duas bandas, Vila da Marmeleira e São Sebastião, às quais deixou, publicamente, o seu reconhecimento pela dimensão e mérito do trabalho que vem desenvolvendo, relevando que este assenta na criação de escolas locais de música abertas a todos. Afirmou que a reinvenção do espaço desportivo da Freiria também o tocou pela memória de saudosos torneios de futebol de bom verão e agora devolvido à comunidade na forma de Centro de Alto Rendimento de Ténis de Mesa Regional e que terminaram vendo a nossa história nas paredes da Casa Senhorial El Rei D. Miguel e com uma promessa de futuro na Loja do Rio, à qual desejou os melhores sucessos. Neste contexto, lembrou uma ideia força de um brilhante texto de alguém que já nos deixou, o Professor José Hermano Saraiva, que disse que “Contra a palavra do poder só nos resta o poder da palavra”, dizendo que a história dos povos é a versão dos factos escritos pelos vencedores e nós somos os seus orgulhosos herdeiros, fazendo



com que momentos como o 25 de Abril, e os valores que dele emergiram, sejam sacralizados e os seus mentores se transformem em heróis. Continuou dizendo que, apesar disso, os valores não são entidades concretas que existem na natureza, são sim entidades subjetivas que alguém um dia imaginou e que por ter partilhado com outros, e estes terem aderido a essa ideia, ao serem aceites pela maioria estruturam e organizam as sociedades humanas conferindo-lhes a sua identidade. Compreender a história, em seu entender, não é, nem nunca foi, olhar as sábias decisões do passado evitando repetir os erros já cometidos, mas sim compreender que num determinado momento alguns seres humanos não se vergaram à sua sina e transformaram a sua insatisfação numa ideia revolucionária, a de que é possível mudar, a de que é possível reinventar o futuro e publicamente prestou a sua homenagem a todos os que, no inferno da clandestinidade, souberam alimentar a ideia revolucionária de liberdade e a partilharam, fazendo crescer a esperança de que a mudança não só era possível como era o único caminho para um novo futuro. Salientou que esses portugueses e portuguesas, muitos deles do partido comunista, estavam dispostos a dar a sua vida pela ideia de liberdade, mas nessa luta desigual eles só dispunham de uma arma, a arma mais temida por todos os regimes, a palavra, que permite contagiar alguém com uma ideia e todos os regimes, sem exceção, investem muitos recursos para calar aqueles que não professem as suas ideias e contrariem os seus *status quo*. E foi assim que no dia 25 de Abril de 1974, lembrou, que o movimento dos jovens Capitães de Abril, alimentado pela ideia da liberdade em escolher outro futuro, materializou a mudança dando a todos nós a possibilidade de, em liberdade, escolhermos o nosso futuro e reinventarmos o nosso amanhã. Disse ainda que, passados quarenta e três anos, se vivem os valores de Abril e que talvez isso justifique porque é que os jovens se afastam, porque hoje já ninguém contraria o *status quo*, e falar outra vez em defender liberdade é continuar-se amarrado a um passado, porque essa é a nossa realidade, mas se hoje em dia já não há que temer o calabouço e a tortura se se falar e pensar fora do sistema, a censura de hoje pode ser menos brutal mas não deixa de ser mais eficaz porque, salientou, quem ousar pensar fora dos cânones do regime pode contar seguramente com o vexame das redes sociais, ser queimado na fogueira dos populismos, dos nacionalismos, dos terrorismos e dos outros “ismos” que, nos tempos de antena, os fazedores de opinião do sistema não perderão oportunidade de o fazer. No entanto, continuou, a força dos seres humanos, muitas vezes atribuída à inteligência e tecnologia, tem a sua expressão máxima na sua capacidade de





colaboração e essa rede colaborativa pode materializar-se na forma de empresa ou de partido, e aqui interessa-lhe falar das redes colaborativas que são os partidos que, de forma democrática, tentam ascender ao poder. Seguindo esta ideia disse que o sucesso de uma rede colaborativa depende da sua eficiência e, não haja dúvidas, a sua eficiência é proporcional à sua flexibilidade, dando como exemplo Silvino Sequeira que tinha uma pequena rede colaborativa, num concelho maioritariamente social-democrata, mas tinha uma ideia e flexibilizou a rede até atingir uma massa crítica de apoiantes que lhe permitiu obter sucesso e que após mais de vinte anos no poder, a sua rede cristalizou e perdeu flexibilidade e, por outro lado, a oposição, por necessidade, acabou por flexibilizar as suas redes e surgiu a coligação Juntos pelo Futuro que os levou ao sucesso, tal como aconteceu com a atual solução governativa do país que ilustra bem até onde a necessidade flexibiliza as redes colaborativas e lhe permite atingir sucesso. Constatou que poderá demorar mais alguns anos até que esta coligação cristalize e para que a oposição, mais uma vez se flexibilize e que é inacreditável que não ocorra aos partidos da oposição - PS, CDU, BE e MIC - pensarem numa estratégia de colaboração para o sucesso eleitoral e é inacreditável que se satisfaçam com níveis de eficiência tão baixos. Terminou dizendo que pessoalmente, como já disse ao próprio, irá apoiar o Daniel Pinto sem lhe por quaisquer condições e fá-lo sem nada ter a ver com a força política que representa e sim porque entende que a melhor forma de se poder continuar a sonhar é manter esta frente crítica que permite, por um lado, que o poder instituído não adormeça, e por outro lado se adormecer paciência, sempre haverá alguém que mantenha acesa e viva a esperança no futuro. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Endereçou os parabéns ao executivo por três eventos já referidos que se passaram no dia 25 de Abril que em muito vão beneficiar a população riomaiorense e não só, nomeadamente a inauguração da nova artéria na antiga Quinta do Abum, obra que não estava a cargo do município mas que provocou alguns problemas ao executivo e que está finalmente concluída e agrada aos moradores, depois a inauguração do pavilhão da Freiria agora remodelado com melhor imagem e que está a ser muito bem aproveitado e será também utilizado pela Federação Portuguesa de Ténis de Mesa fazendo uma ótima aposta nas novas gerações e finalmente a





requalificação da Casa Senhorial D. Miguel que tem agora condições para a efetiva musealização e onde foram também repostos os antigos painéis do teto que não estavam colocados e que são verdadeiras obras de arte e ainda a Loja do Rio com produtos regionais e que está muito bem conseguida e irá promover os produtos locais. -----

----- De seguida fez uma pequena reflexão pessoal sobre o 25 de Abril, da data e do significado porque assistiu a algumas coisas e alguns discursos que a levaram a isso. Em primeiro lugar disse que a cerimónia foi bastante bonita e participada por eleitos e pela própria população, à semelhança do que já se tinha começado a verificar no ano passado e salientou, para quem possa estar esquecido, que as conquistas de Abril, ao contrário do que alguns possam fazer crer, não são património de nenhum dono ideológico, são sim património da vontade popular que em bom tempo soube recusar totalitarismos e lutar por um Estado de Direito Democrático. Referiu ainda que constatou também algum saudosismo com a data no tom com que alguns falaram e afirmou que a própria, por algum erro de calendário ou engano na marcação dos eventos, só veio a nascer vinte anos mais tarde mas que, no entanto, não sente qualquer culpa disso e não sente menos liberdade de se expressar aqui do que alguém mais velho que a própria. Afirmou que só existe democracia se houver respeito pelo pluralismo seja ele ideológico, de género ou de idade e que Abril abriu a porta que Novembro soube fechar, livrando o país de duas ditaduras de sinal contrário e permitindo a emancipação completa e a progressão pelo mérito. Disse ainda que só se é livre quando se pode escolher e que a liberdade é de quem a dá aos outros e não de quem se diz dono dela, não tem cor, não tem partido e não tem dono e deve ser utilizada sem paternalismos ideológicos por Portugal e pelas novas gerações. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por, em nome da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro, endereçar os cumprimentos ao Senhor José Manuel Azenha Santos desejando as boas vindas ao novo Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas. -----

----- Relativamente ao 25 de Abril e aos últimos acontecimentos reconheceu que tudo já terá sido dito e subscreveu o sucesso das comemorações, a participação das bandas, aliando um evento cultural à participação da população que desta vez contou também com a participação de muitos membros da Assembleia o que não se tem



vindo a verificar noutras situações anteriores. Afirmou que se verifica uma procura e envolvimento das pessoas e contrariamente ao que Salgueiro Maia disse que “o 25 de Abril criou liberdade mas esqueceu-se de criar cidadãos” considera que há cidadãos, e que o que se passa efetivamente é alguma privação da liberdade, algum desconforto com a participação dos cidadãos na vida democrática, na vida do tecido social e cultural das vilas, aldeias e cidades dos concelhos por todo o país. Disse que é esta a massa que efetivamente faz a revolução porque efetivamente estamos cá todos até ao momento em que constituímos aquela massa em que queremos participar e já não queremos estar mais arredados e, facto é, que cada vez existem mais participantes em todos os eventos que se têm vindo a realizar no concelho de Rio Maior, o que é pronúncio de uma política que tem vindo a envolver e procurar enquadrar os desejos, anseios e necessidades das pessoas. Para terminar, alertar ainda que no próximo dia 2 de maio, no Cineteatro, realizar-se-á a apresentação pública do Plano de Desenvolvimento Urbano de Rio Maior que compreenderá a apresentação da requalificação da Zona Ribeirinha, da Villa Romana, da Praça da República e da Praça do Comércio, procurando, mais uma vez, envolver todos os riomaiorenses, dar-lhes conhecimento para opinarem, formar opinião e encaixar-se no que será o futuro desta cidade porque é assim que se faz uma terra maior. Convidou todos a marcar a data e a comparecer para que não se oiça discursos bacocos, seja em comemorações do 25 de Abril ou nesta Assembleia, que no fundo não são mais que preces a um Deus desconhecido, porque se não se pratica não se deve falar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Antes de dar os esclarecimentos solicitados, dirigiu-se ao agora Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas desejando-lhe, em seu nome e em nome do executivo que a acompanha, toda a disponibilidade para continuarem a colaborar e a dar todo o apoio necessário. Referiu-se à situação do Senhor José Manuel Azenha Santos deixando-lhe toda a solidariedade nesta altura em que foi conhecida uma decisão do tribunal de um ato respeitante ao mandato de 2005/2009, transmitindo a todos o choque que foi ler aquela decisão porque não é justo e só quem nunca exerceu



funções de presidente de junta, com a proximidade que elas exigem e obrigam é que pode decidir daquela forma achando que a todo o momento se tem que agir sempre com a cabeça quando a realidade não é assim e se age muitas vezes primeiro com o coração. Continuou dizendo que não pondo em causa a decisão, considerou que foi uma decisão de secretaria e não de terreno e extremamente exagerada. Agradeceu ao Senhor José Manuel Azenha Santos por todo o trabalho feito em prol da freguesia de Fráguas e pela colaboração. -----

----- De seguida esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Números de Polícia: Informou que é um trabalho em desenvolvimento e que vai sendo realizado na medida da disponibilidade dos recursos existentes, nomeadamente humanos. -----

----- Lombas e Sinalização: Disse que os sinais estão colocados e que as pessoas sabem qual é o limite de velocidade dentro das localidades, tratando-se, por isso, de uma questão de civismo e de respeito por parte de todos. -----

----- Bandeiras da Rotunda: Reconheceu que não existe controlo sobre as condições atmosféricas, neste caso o vento, sendo difícil manter as bandeiras sempre como novas e disse que aceitaria qualquer proposta que pudesse ajudar a sanar a situação.-

----- Política de Cultura (Chá e Poesia): Deu conta que existe uma boa e regular oferta cultural e lamentou que muitas das vezes a adesão aos espetáculos e eventos seja quase nula, como é exemplo o espetáculo inserido nas comemorações do 25 de Abril onde se encontravam apenas dezassete pessoas na assistência, o que leva a um sentimento de frustração para quem faz e para quem os promove. Acerca do Chá e Poesia informou que não acabou até porque foi colocada à disposição dos poetas populares do concelho um espaço na biblioteca municipal para se reunirem e, até à data, nunca aconteceu. -----

----- Vandalismo em monumentos e estátuas: Reconheceu que estas situações têm acontecido e que se está a trabalhar para as repor, não só a situação da placa do complexo desportivo mas também outras como, por exemplo, o símbolo do Rotary Club. -----

----- Gestão da Desmor: Disse não ter os dados disponíveis no momento e que lhe serão depois disponibilizados. -----

----- Comemorações do 25 de abril: Deixou o seu agradecimento, na pessoa da Vereadora Ana Figueiredo, a todos aqueles que colocaram o seu empenho e a sua



dedicação para que as mesmas tenham acontecido desta forma, desde a Loja do Rio, que será uma montra dos produtos tradicionais do concelho, passando pelo pavilhão desportivo da Freiria, que finalmente tem a situação completamente regularizada e que com a instalação desta modalidade tem uma nova dinâmica, até à nova artéria criada que, admitiu, teve muito receio que nunca se concretizasse, considerando que os moradores demonstraram o seu agrado e conseguiu-se uma obra que não tendo sido financiada pela Câmara Municipal, era um compromisso que existia e que chegou a bom porto. -----

----- Situação económica do país: Considerou que todos devem estar satisfeitos com a atual situação do país que se reverte na região e no concelho e disse ainda que também tem orgulho nas contas que serão hoje presentes para deliberação, acrescentando ainda que a taxa de desemprego nacional é agora mais baixa mas que no concelho de Rio maior já tinha baixado, sendo, pelos dados de fevereiro, de cerca 5%. -----

----- Bandas Filarmónicas e Escolas de Música: Disse que a atuação das bandas nas comemorações do 25 de Abril foram momentos de verdadeiro espetáculo, de tradição e de cultura e informou ainda que cada uma destas bandas tem a sua escola de música o que é um sinal claro da renovação dos seus membros e um garante da continuidade das mesmas. -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Obras na rede de água da Vila da Marmeleira: Informou, tal como tinha feito já à Presidente de Junta, que a qualidade água do concelho é boa mas que, toda ela, é calcária e que a única solução passa pela colocação de filtros por parte dos consumidores. Acerca da falta de pressão reconheceu que existem ainda alguns problemas mas que, por isso, o município tem tentado monitorizar a situação e que das medições que têm sido feitas durante cerca de três semanas na Vila da Marmeleira, a pressão está entre os 1,9 e 4,1 quando os níveis recomendados pelo ERSAR são entre os 1,5 e os 4, e para essa situação as causas podem ser variadas



entre elas o envelhecimento das canalizações que acumulam ferrugens e calcário diminuindo a pressão. Disse ainda que foi dado um prazo até 31 de maio para serem arranjados os abatimentos do pavimento e refazer as pinturas. Afirmou que o investimento está feito, que a obra correu dentro do possível por diversos fatores, em especial um inverno rigoroso, e embora nem todos possam sentir já os efeitos do investimento feito a situação melhorou bastante. -----

----- Revisão do Plano Diretor Municipal: Deu conta dos andamento dos trabalhos e das várias etapas que têm sido seguidas, dizendo que a carta da Reserva Agrícola Nacional Bruta tem parecer favorável, a Carta da Reserva Ecológica Bruta foi refeita na sequência da alteração legislativa e enviada à entidade competente a última versão em fevereiro para parecer, que está a ser desenvolvido o trabalho para a definição de perímetros urbanos e que uma empresa externa à Câmara está a elaborar o Estudo de Impacte Ambiental e avaliação ambiental estratégica. Lembrou que este é um processo moroso que tem sofrido com as mudanças governamentais e legislativas. ----

----- Plano de Pormenor e Salvaguarda das Marinhas do Sal: Informou que foi realizada uma reunião com o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros em meados de janeiro e neste momento a avaliação ambiental estratégica tem parecer favorável por parte daquela entidade, aguardando-se que os restantes elementos, fornecidos em tempo oportuno, tenham parecer favorável para se avançar para a discussão pública, prevendo-se que a mesma possa vir a ser iniciada até junho. -----

----- Parque de Estacionamento das Marinhas do Sal: Informou que foi assinado um protocolo com a proprietária do terreno por um período de cinco anos e a que Câmara já realizou as obras necessárias para o efeito. -----

----- Comemorações do 25 de Abril: Considerou que todos estão de parabéns porque só as comemorações só foram possíveis devido ao empenho de muitos colaboradores da autarquia, uns na fase de projeto outros na fase de execução, e considera que a parceria estabelecida entre a atual maioria resultou em pleno e disso é espelho as obras de carácter distinto mas todas elas em prol do bem-estar da população do concelho. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pediu a palavra para dar conhecimento do Centro de apoio aos Peregrinos instalado em Rio Maior que será nas antigas instalações do restaurante “O Minhoto” entre o dia 8 e o dia 12 de maio com apoio do Centro de Saúde, da Cruz Vermelha local, da GNR, dos Bombeiros e dos Escuteiros. Informou também que o Pavilhão



Multiusos está praticamente esgotado com dormidas e banhos que se inciam já esta noite até ao próximo dia 12 de maio. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – 2016** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento 2017-**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que se trata da abertura de rubricas no orçamento e que é uma alteração que significa mais investimento para o concelho, ou seja a inscrição da verba relativa ao saldo de gerência que irá permitir complementar a aquisição dos terrenos da zona ribeirinha, investir na requalificação da rede viária, adquirir e dar início às obras do edifício para alojar estudantes bolseiros da Escola Superior de Desporto de Rio Maior e ainda deixar aberta a rubrica para a requalificação da EN 114, dizendo, em relação a isso, que ainda não foi assinado o acordo com o Governo e com a Infraestruturas de Portugal e, segundo informação desta última, a intenção é fazer a assinatura com todos os municípios durante o primeiro semestre do ano. Disse ainda que nesta alteração orçamental estão contemplados duzentos e oitenta mil euros para investir na requalificação da Escola Marinhas do Sal fruto de um protocolo com o Governo que irá permitir colocar esta escola sede de agrupamento ao nível das restantes do concelho. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que a CDU da análise esta modificação orçamental, que resulta numa alteração do orçamento quer da receita quer da despesa, questiona, desde logo, por que razão não foi utilizada a verba de quinhentos e oitenta mil novecentos e



sessenta e seis euros e quinze cêntimos do ano de 2016 e porque é solicitada a sua utilização como saldo de execução orçamental em 2017. Depois solicitou esclarecimentos acerca da anulação do projeto 2017/80.3, “Requalificação da Moagem Maria Celeste”, que se refere à aquisição de terrenos no montante de setenta e três mil euros e quais as razões que levaram a isso, aproveitando para perguntar quantos terrenos faltam pagar, se irão haver expropriações e quais as dificuldades que estão a surgir neste campo. Acerca do valor de quatrocentos e noventa e quatro mil, sessenta e seis euros e quinze cêntimos de reforço do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para a requalificação da rede viária do concelho solicitou que lhe fosse dada resposta por escrito relativamente aos cinco lotes de obras que vão ser feitos até às eleições de outubro. -----

----- Continuou dizendo que gostaria de saber, relativamente à inscrição do projeto de beneficiação da Escola Básica da Marinhas do Sal no valor de duzentos e setenta mil euros, quais as obras que irão ser feitas, afirmando que para quem, como o PSD e o CDS, tanto mal tem dito da situação governativa viabilizada, receber duzentos e setenta mil euros para resolução de um problema que se arrastava há décadas e um presente a considerar. Desejou que o problema deste estabelecimento fique de vez resolvido e questionou se está previsto algum protocolo de passagem de responsabilidades da manutenção das instalações para a autarquia. -----

----- Quanto à requalificação da ligação da A15 à zona industrial desde o Parque de Negócios à cidade via EN 114 questionou qual o ponto de situação já que foi apenas aberta a rubrica para aquisição de terrenos. -----

----- Por último e relativamente à aquisição do edifício por oitenta mil euros para a chamada adaptação para residência de estudantes, deixou as seguintes questões: qual é o edifício e onde se situa, quem são os proprietários, se não será excessivo chamar residência de estudantes e ser chamada de adaptação do edifício para alojamento temporário de estudantes enquanto não se constrói a residência de estudantes no terreno existente na escola superior de desporto, dando cumprimento ao consagrado no projeto aprovado há duas décadas. Disse que gostaria também de saber, dado que são abertas duas rubricas no valor de cem euros, qual o custo previsto para as obras de adaptação do edifício. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Recordou que votou favoravelmente o orçamento proposto e, com isso, considera que tem o direito de exprimir as suas inquietações no que se refere à aplicação das





verbas na implementação das atividades previstas. Disse que não se irá referir diretamente ao documento em apreciação mas antes questionar sobre a intenção da construção de dois campos de ténis e um de paddel na zona em frente à piscina. Continuou dizendo que soube que foram contactadas as entidades que gerem estas matérias e sobre o assunto deixou a sua opinião, que considera minimamente fundamentada, dizendo que, primeiro, dois campos de ténis e um de paddel não vão permitir nem fazer uma escola de paddel nem nunca fazer competições de paddel, e que irão permitir, talvez, ter uma mini escola de ténis e nunca competições de ténis e que, por isso, sugeriu que essas verbas fossem aplicadas a fazer três campos de ténis e no futuro que se fizessem pelo menos dois campos de paddel, e desta forma maximizar a utilização dos recursos que irão ser afetados a esta modalidade. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Congratulou-se por se dar prossecução à política que se tem vindo a implementar com vista à adequação/adaptação/modernização dos equipamentos de educação, adequando-os e modernizando-os aos atuais níveis, intervencionando o último estabelecimento onde restava fazê-lo, a Escola Básica Marinhas do Sal, onde se fará um investimento de duzentos e setenta mil euros e concluindo-se assim a modernização total de todos os equipamentos do concelho. -----

----- Relativamente à adaptação do edifício para a residência de estudantes, no seu ponto de vista considera que uma sociedade só tem futuro se for coesa e interdependente, e a criação de “elefantes brancos” e de “campos de guetos” onde se colocam estudantes longe dos cidadãos da terra e onde não há interdependência nesta, como em outras situações, não permite a intercirculação das populações pelas diferentes zonas e vai criando dissensões e lutas que não se devem gerar na sociedade. Parece-lhe que com esta pequena intervenção e a criação dos treze quartos duplos permitirá, por um lado revitalizar os centro histórico da cidade por ter mais movimentação e população revitalizando o tecido económico daquela zona que durante décadas e décadas foi esquecido, e, por outro lado, permitirá também aos estudantes e aos riomaiorenses usufruir e trocar experiências e vivências com a própria comunidade estudantil e o meio académico. Afirmou que se um dia vier a ser criada e construída a residência prevista para o campus da Escola Superior de Desporto a mesma será bem-vinda, mas teremos que ver se ela será consagrada neste próximo Orçamento de Estado e como votarão os partidos que o apoiam. -----



----- Acerca da requalificação da zona ribeirinha lembrou novamente a esperada apresentação do projeto no dia 2 de maio e quanto à abertura da rubrica para a EN 114 disse que se aguardará o próximo Orçamento de Estado e os protocolos necessários que prevejam o respetivo envelope financeiro. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu, em relação ao saldo de gerência, que este primeiro tem que ser inscrito, razão pelo qual sendo uma das razões porque que se faz esta modificação orçamental, ou seja, é precisamente para inserir o saldo de gerência do ano anterior que pode ser utilizado sem a Assembleia primeiro se manifestar e autorizar a inclusão do mesmo nas contas do ano seguinte. -----

----- Acerca da anulação do projeto esclareceu que esta se deveu ao facto de o valor global de aquisição ter ficado abaixo do que inicialmente se tinha previsto. -----

----- Sobre a questão da EN 114 disse que a rubrica está apenas aberta porque ainda não existe uma previsão do valor da negociação dos terrenos, processo que só se irá iniciar após a assinatura do acordo com o Estado e com as Infraestruturas de Portugal, ou seja, só depois se poderá inscrever o valor que irá resultar quer da comparticipação dos 15% da Câmara quer da aquisição dos terrenos para o alargamento da via. Voltou a dizer que esse acordo será assinado no primeiro semestre e que a previsão é que durante o ano de 2017 se possa fazer a aquisição dos terrenos não garantindo, no entanto, a execução da obra. -----

----- Acerca dos duzentos e setenta mil euros para beneficiação da escola disse que já foi amplamente falado, e todos sabem, a situação da sede do Agrupamento Marinhas do Sal e do Agrupamento Fernando Casimiro, sendo que esta última já tinha passado em 2008 para o Município e a Escola Básica Marinhas do Sal nunca o foi. Informou que o compromisso que há com o Governo e com o Agrupamento Fernando Casimiro é a Câmara fazer a manutenção com um investimento até ao montante de vinte mil euros por ano e que com a escola sede do Agrupamento Marinhas do Sal, uma vez que ainda era propriedade da tutela, a câmara embora tenha vindo a fazer beneficiações nunca teve esse compromisso, nunca teve essa competência delegada nem essa responsabilidade, nem sequer a fundamentação legal para o poder fazer. Disse que foi agora feita uma negociação com a Secretaria de Estado onde se chegou



ao montante de duzentos e setenta mil euros para as obras iniciais, numa primeira fase, obras essas definidas de acordo com o levantamento que foi feito pelos serviços da Câmara e pelo próprio conselho diretivo da escola. Acerca da questão de competência e as instalações passarem em definitivo para a Câmara, lembrou que o PCP foi contra a delegação de competências na área da educação e na descentralização para os municípios, pelo menos no anterior Governo. -----

----- Sobre a questão do edifício para estudantes bolseiros, independentemente da designação que se lhe possa dar, afirmou que a sua prioridade é resolver problemas e, por isso, é presente à Assembleia Municipal um meio para desbloquear uma situação que se arrasta. Informou que o edifício é mesmo em frente à Casa Senhorial e o que está previsto no rés-do-chão são os espaços comuns e um quarto adaptado e nos 1º e 2º andares seis quartos duplos em cada um. Em relação à previsão do valor do investimento informou que ainda não é sabido porque se está em fase de levantamento e não existem orçamentos para conseguir prever um número. Lembrou que este processo está articulado com o diretor da Escola Superior de Desporto e com o Ministro do Ensino Superior. Acrescentou ainda que a questão da residência de estudantes que foi prevista aquando da construção do edifício da escola principal é uma situação em que se fala de um edifício para cem alunos bolseiros, sabendo que neste momento a escola superior de Desporto tem duzentos alunos bolseiros e que daqui a meses se está a iniciar um novo ano letivo. Em face disso, considera que há que haver celeridade nesta resposta e que está tranquila que o projeto proposto em nada irá interferir com o projeto da residência de estudantes. Acrescentou ainda que se essa residência for construída com valores do Orçamento de Estado estará, junto com o executivo, na linha da frente a defender a localização da residência onde ela inicialmente foi prevista, mas se for solicitado à Câmara que encontre soluções e utilize os seus recursos financeiros, então será a Câmara a decidir onde quer instalar a mesma e qual a tipologia do edifício, sendo legítimo que a escolha seja do executivo enquanto decisores e responsáveis pelas decisões do ordenamento da cidade. Deu conta que foi aprovada uma resolução, por unanimidade, na Assembleia da República para a construção da residência de estudantes da Escola Superior de Desporto em Rio Maior, sugerindo, por isso, que todos os partidos votem contra o orçamento de Estado para 2018 se esta obra não constar, saltando apenas da política local para o centro decisor e deixando para trás demagogias que não devem ser feitas em áreas tão fundamentais para o concelho como esta. -----



----- Sobre a construção dos campos de ténis e paddel disse que está tudo pensado e que aquilo que está previsto, com receitas próprias da Desmor, é um campo de paddel e dois de ténis mas que está prevista a área para fazer um terceiro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 30 votos a favor (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU votou a favor porque tem a expectativa e a presunção e confiança que as obras de adaptação do edifício para o alojamento temporário de estudantes não inviabilizará a construção da residência de estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, equipamento imprescindível e essencial para o alargamento do número de alunos, até dois mil, a frequentar a escola e a redução drástica dos alunos que têm abandonado Rio Maior, cerca de cem por ano, por falta de condições financeiras para se manterem no ensino superior.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Por coerência com o sentido de voto que manifestamos aquando da votação do orçamento e por essas razões então apresentadas, coerente seria aqui abstermo-nos desta revisão, contudo e também por coerência com alguns investimentos aqui em causa com os quais concordamos não podíamos deixar de acompanhar esta opção de investimento e desejar que tudo corra bem e que realmente as coisas sejam feitas, por isso a necessária revisão e, por isso, o nosso voto a favor.” -----

----- **Ponto II – Documentos de Prestação de Contas do ano 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que tem o maior orgulho nas contas apresentadas. Afirmou que esta é a prestação de contas daquilo que foi a atividade ao longo de um ano intenso de trabalho que poderá, por muitos, ser visto como uma mera obrigação legal decorrente do disposto da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mas que é um dever do executivo para com os seus munícipes e para com a assembleia que os representa, para que possam conscientemente avaliar e escrutinar o desempenho e as opções de gestão tomadas por quem tem a responsabilidade de gerir os destinos do município e foi para esse fim democraticamente eleito. Disse que se no orçamento de 2016 se planificou a estratégia a seguir para o ano, num momento



difícil em que houve uma transição de governos e quando não se conhecia sequer o orçamento de estado para 2016, e que a prestação de contas que hoje se apresenta mostra que toda a estrutura da autarquia foi capaz de executar com eficácia e eficiência essas diretrizes, apesar das dificuldades. Para o constatar, sublinhou, basta olhar para alguns dos rácios e números do relatório de gestão como a execução da despesa de 86,8%, a execução da receita de 89,29%, a execução das grandes opções do plano de 77,52%, a redução do endividamento global em quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil seiscentos e oitenta e sete euros e o saldo de gerência de quinhentos e oitenta mil novecentos e sessenta e seis euros aproximadamente. Disse que poderiam efetivamente ter dado início a um outro conjunto de projetos em 2016, que trariam ainda mais valor e alteravam esta prestação de contas, se o Portugal 2020 tivesse sido mais célere na sua implementação, refletindo-se na taxa de execução das grandes opções do plano, mas que aquilo que efetivamente dependia da vontade da maioria no executivo foi concretizado. Salientou ainda que foram reduzidos impostos, taxas, endividamento, prazos médios de pagamento, encargos e que se aumentaram os proveitos e os resultados financeiros correntes e líquidos reduzindo encargos para gerações futuras, com respeito pelo princípio da solidariedade recíproca e da equidade intergeracional. Ressalvou que a atual situação financeira do município permite disponibilidade para realizar um conjunto elevado de investimentos que estão em andamento e ainda conseguir financiá-los, na sua componente nacional, muito provavelmente, apenas com recursos próprios da autarquia. Disse que poderia atribuir o mérito desse desempenho apenas ao executivo municipal pois, como disse, as linhas mestras da atuação foram por ele definidas, mas considerou que se não fosse o empenho, a entrega, a vontade, a criatividade, a capacidade de resolução de problemas e um espírito de união em torno dos objetivos traçados por parte de todos os colaboradores da autarquia, não teria sido possível atingir estes resultados. Endereçou, por isso, um agradecimento pessoal e em nome do executivo municipal a todos eles, assim como a todo o executivo, aos que têm e aos que não têm funções, porque muitas vezes, fora das reuniões formais do executivo, ajudaram a resolver problemas e a encontrar soluções para aquilo que foi também a execução do ano de 2016. -----

**----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----**

**----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----**



----- Iniciou dizendo que esta demonstração de resultados bem como a execução do PPI e das atividades mais relevantes, para além de serem uma formalidade contabilística, técnica e legal, deixando, desde logo, o especial agradecimento aos trabalhadores da autarquia pela enorme qualidade técnica que tem, tem que ser olhado por todos, autarcas e o povo em geral como uma característica fundamental do poder democrático conseguido com a revolução do 25 de Abril, porque sem isso as coisas seriam bem diferentes. Neste contexto aproveitou para deixar uma palavra em relação a intervenção anterior, dizendo que a memória coletiva não é de ninguém que se ache seu dono mas a memória coletiva de um povo é muito importante, chamando à atenção para o facto de aquando da visita à Casa Senhorial foram várias as pessoas da Coligação que os interpolaram, jocosamente, quanto à sua presença ali. Afirmou que a história faz parte de um povo e que quem a esquece não tem direito de a viver no futuro. -----

----- Continuou dizendo que prestar contas do que foi e não foi feito é um elemento que faz do poder local democrático um dos poderes que mais se expõe ao controlo social, ao rigor e à transparência do exercício da vida pública, e com o avançar dos anos o poder local foi aperfeiçoando a elaboração destes relatórios, embora agora, com o POCAL, se tenha acabado o tempo em que para equilibrar receitas com as despesas se acrescentava valores que garantissem o obrigatório equilíbrio financeiro, nem que para tal se tivesse que se declarar a venda em valores que iam até milhões de euros, em material lenhoso ou na venda de terrenos. -----

----- Por tais razões falar de graus de execução de despesa e receita na ordem dos 86 e 89% para a CDU, na realidade, não significa nada porque decorre da própria lei e porque para a CDU o orçamento do ano passado foi dos mais baixos de sempre no concelho de Rio Maior, concluindo que se as taxas não fossem altas alguma coisa estava muito errado. Salientou, acima de tudo, o contributo dos riomaiorenses que no que respeita às receitas correntes já que houve um aumento dos resultados dos impostos diretos do IMI e do IMT, das vendas de bens e serviços correntes, da atualização brutal das tarifas de água, saneamento básico e dos resíduos sólidos a vigorar desde 2016, afirmando que os riomaiorenses é que estão de facto de parabéns pela forma como conseguiram reagir a alguns aumentos brutais. Considerou a redução da dívida como um aspeto sempre positivo, porque significa um aumento da capacidade de endividamento e de redução de encargos com a mesma, permitindo libertar fundos financeiros para o investimento. Acrescentou, no entanto, que esta





redução resulta de um imperativo legal, tecnicamente obrigatório, dizendo mais uma vez que os riomaiorenses são uns heróis, porque com todos os constrangimentos que tiveram conseguiram pagar e ainda conseguiram diminuir a dívida. -----

----- Considera que todos os relatórios de gestão e prestação de contas são a fotografia mais nítida da realidade do ano anterior e que daí se podem tirar conclusões do modelo de gestão/governança, de visão, e do projeto desta maioria que, afirmou, não era aquilo que a CDU apresentaria e, por isso, votou contra o orçamento estando agora na fase de analisar o que foi aprovado, não pela CDU e, por isso, tem o direito de não estar de acordo. -----

----- Chamou ainda à atenção que a Câmara Municipal perdeu totalmente a capacidade para a realização de obras por administração direta e considerou que isso é muito claro quando se vê que a externização de serviços e o pagamento pela aquisição de serviços que no ano de 2016 ascendeu a seis milhões de euros. Afirmou também que os encargos com os trabalhadores das escolas básicas são uma fatia enorme das despesas com pessoal e a CDU mantém a posição de achar que transferir responsabilidades para autarquias sem o apoio financeiro devido é errado e prejudicial para a administração local, até porque essa é uma responsabilidade da administração central, e subtraindo ao trabalhadores da câmara municipal que estão afetos à educação o número reduziria de duzentos e oitenta e sete para cento e oitenta e considerou isso significativo. -----

----- Referiu ainda que, utilizando a política dos governos do PSD e CDS quanto às ditas medidas de apoio ao emprego que, em sua opinião, mais não são do que esquemas para baixar as taxas de desemprego, na Câmara Municipal de Rio Maior estavam envolvidos perto de uma centena de pessoas, e embora seja compreensível para as situações de estágios, para a CDU é inaceitável que para trabalho permanente se utilizem os CEI e os CEI +, já que consideram que para um trabalho efetivo deve haver o correspondente lugar efetivo. -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção porque votou contra as opções políticas consagradas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2016 e os relatórios agora apresentados correspondem ao princípio do POCAL que consagra a necessidade da receita ser igual à despesa. Reafirmou que não foi o plano da CDU, não seria a sua gestão e não é a sua forma de gerir Rio maior e terminou dizendo que a CDU está convencida que um dia o seu projeto ainda há-de ser o projeto aplicado aqui Rio Maior. -----





----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a Presidente da Câmara tem todas as razões para estar orgulhosa, pela apreciação das contas que se pode fazer e pelas conclusões que se podem retirar do documento em análise. Acerca da intervenção anterior disse que a abstenção da CDU não é nenhuma surpresa e que compreende que este não seja seu projeto mas o que não compreende é que se possa negar os resultados positivos da gestão municipal que estão espelhados no documento. Afirmou que da análise do documento se pode verificar, desde logo, a capacidade do executivo para cumprir o orçamento aprovado com elevadas taxas de execução, quer do lado da despesa quer do lado da receita. Acrescentou que o executivo poderia ter ido mais longe no investimento em alguns projetos previstos para 2016 mas considerando que estes implicavam também o financiamento do Portugal 2020 que não foi aberto, como foi explicado pela Presidente, daí que não foi possível a sua concretização, não sendo esta uma culpa do executivo nem um problema da sua responsabilidade a não execução destes projetos. -----

----- Disse ainda que este executivo continuou a fazer o mesmo desde 2010 e a preocupar-se com a redução da dívida sendo que num único ano, 2016, se pode constatar uma redução de 27%, o que considera ser de aplaudir, ainda mais quando esta redução diz respeito, em boa parte, à dívida a fornecedores ou seja a dívida chamada de curto prazo, e quando a redução do prazo de pagamento passou para os quarenta e sete dias no final do exercício informando que atualmente a redução já chegou aos trinta dias. A seu ver é um orgulho para todos autarcas poder dizer que o Município paga a tempo e horas e que cumpre os prazos para com os seus fornecedores. -----

----- Por fim referiu-se à forma como o executivo municipal tem sido capaz, nos últimos anos, de gerar fundos próprios para o investimento e, por isso, poder transitar o saldo de gerência do ano de 2016 para o ano de 2017 e fazer todo o investimento feito nos últimos anos e ainda o conjunto de investimentos relevantes previstos para o concelho e para a cidade, como é o caso da requalificação da Zona Ribeirinha, da Villa Romana, da Praça do Comércio e da Praça da República, projetos que serão apresentados publicamente como já foi referido, também a requalificação da EN 114, no troço Gato Preto Rotunda da A15, a requalificação dos equipamentos e espaços



públicos e ainda a rede viária, entre outros investimentos e apenas com recurso apenas às receitas próprias sem recurso ao crédito, outrora tão solicitado, embora também saiba que atualmente já é possível, atendendo às contas do executivo, recorrer à banca o que outrora também deixou de o ser. -----

----- Terminou dizendo que alguns diriam que as dívidas são para se geridas mas, a seu ver, este executivo e a bancada da CJF têm o orgulho em poder dizer que neste executivo não só as dívidas se gerem como também se pagam e se reduzem, criando o futuro e diminuindo os encargos para as gerações futuras. Indicou o sentido de voto da bancada da CJF como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Ana Catarina Coelho Pinto, Rui Miguel da Costa e Silva, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Constituindo as contas o documento que encerra o ciclo orçamental, ele é isso mesmo, o resultado daquele que foi o vosso orçamento, daquilo que foram as vossas opções na gestão dos dinheiros públicos e, nessa medida, embora isto seja um documento técnico, espelha o resultado de um documento político e daí a nossa abstenção.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Considerando que a avaliação técnica e legal do orçamento não encontrou nenhuma desconformidade a minha abstenção significa simplesmente o facto de este orçamento não traduzir um orçamento que representava a minha vontade na altura.” --

----- **Declaração de Voto do Deputado Joana Filipa Ferreira Tirano** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto vai ter dois pontos e um à parte. Antes de mais agradecer ao executivo, eu não votei sim porque sim, eu votei sim porque eu li e o que li fiquei muito contente de ler e principalmente que não estamos habituados a ver, existe uma preocupação relativamente às próximas gerações que aí vêm e há preocupação de manter para que seja possível os jovens continuarem a viver em Rio



maior sem existir uma dívida extrema e sem existirem impostos e condições de vida possíveis em Rio Maior para os jovens. Muito obrigada por terem esta atitude de se preocuparem com o futuro de quem fica aqui daqui a uns anos e também com o vosso futuro daqui a uns anos. Muito obrigada. -----

----- Depois só um à parte: eu espero sinceramente que nunca seja uma realidade a CDU governar em Rio Maior localmente, só por um motivo não vá terem a mesma posição que tiveram no parlamento e vamos apoiar, fazer um voto apoiando o governo venezuelano, não é? Visto que na Venezuela o controle da empresa existe, o controlo da imprensa existe, o controlo judiciário, a restrição de liberdade às medidas políticas e a taxa de desemprego é de 28%, portanto não vamos apoiar o PCP de certeza, os jovens.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor José Manuel Azenha Santos - Fráguas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Considerando o teor da intervenção transcreve-se na íntegra: -----

----- “ Nas eleições desta legislatura fui submetido a votos na minha freguesia, candidato pela coligação, daí resultou uma vitória sobre a minha adversária de 75%, resultado esse que nunca foi reconhecido pela mesma, mas já passaram três anos e meio. No mandato anterior houve um processo em que eu derrubei um muro clandestino num caminho público e daí a pessoa que o mandou construir, o dito muro, meteu um processo contra o José Manuel e não contra o Presidente de Junta, daí a minha condenação e a perda de mandato. Fui condenado. Só me resta a ordem da justiça e cumprir a pena além de me sentir injustiçado. Mas vivemos num Estado de Direito e é isso que me assiste. O mais ridículo é que quem mais se empenhou a



testemunhar contra mim foram as pessoas que disputaram eleições comigo noutros mandatos e neste atual e noutro partido em que eu disputei eleições. Anda uma pessoa com eles ao colo e depois é isto! Compreendem? Cospem no prato onde comeram, isto faz azia. Eleições são como no futebol, devem-se ganhar em campo e não na secretaria. Já fui candidato seis vezes à junta da minha Freguesia, ganhei por cinco, perdi por uma, sempre tive comigo o António, que atualmente me substituiu, e estou convicto que ele vai acabar este mandato como estava previsto, pois sempre confiei nele e a Freguesia e os fregueses não ficarão a perder. Tudo farei para, quando ele o desejar e em que eu possa e saiba, o ajudar para desempenhar o melhor trabalho. Agradecer às pessoas da Fráguas que confiaram em nós e na coligação e que em outubro estarei disponível para ser julgado nas próximas sem medo das mentiras que alguns vão tentar espalhar sobre mim. Veremos. Agradecer a todos os membros da Assembleia e Presidentes de Junta com que nos relacionámos e também, neste momento, me apoiaram, ao executivo camarário e aos funcionários como sempre fui recebido. Para o Senhor Presidente da Assembleia e seus secretários o meu apreço pela postura e o rigor e disciplina na condução dos trabalhos. Desejar o fim de um bom mandato para todos os presidentes de junta, executivo camarários e assembleia municipal. Até outubro e obrigado a todos.”

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** \_\_\_\_\_

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** \_\_\_\_\_